

Raphael Corrêa

**A TUTELA PROVISÓRIA NO
NOVO DIREITO PROCESSUAL
CIVIL BRASILEIRO**

GZ
EDITORA
Rio de Janeiro
2018

1ª edição – 2018

© Copyright
Raphael Corrêa

Presidente do Conselho Editorial
Nelson Nery

Diagramação
Olga Martins

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C849t

Corrêa, Raphael

A tutela provisória no novo direito processual civil brasileiro / Raphael Corrêa.
- 1. ed. - Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2018.
172 p.: il.; 24 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-9524-032-2

1. Direito processual. 2. Processo civil. I. Título.

18-47825

CDU: 347.91/.95(81)

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela

GZ EDITORA

e-mail: contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 – sala 202 – 2º andar

Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20010-170

Tels.: (0XX21) 2240-1406 / 2240-1416 – Fax: (0XX21) 2240-1511

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

<i>APRESENTAÇÃO</i>	VII
<i>PREFÁCIO</i>	IX
 INTRODUÇÃO	 1
1. A SISTEMÁTICA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COM RELAÇÃO ÀS TUTELAS PROVISÓRIAS E A EC 45/2004.....	7
2. A TUTELA DEFINITIVA: SATISFATIVA E CAUTELAR	13
3. AS TUTELAS PROVISÓRIAS.....	17
3.1. Principais inovações no regramento da Tutela Provisória e alguns esclarecimentos	17
3.2. A tutela provisória de urgência e a tutela da evidência - aspectos gerais.....	37
3.3. Regramento geral da tutela provisória	39
3.4. Análise da evolução das tutelas de urgência	39
3.4.1. A homogeneização dos requisitos de concessão	42
3.4.2. Caução	47
3.4.3. Responsabilização objetiva na tutela provisória de urgência....	49
3.4.4. Audiência de justificação	54
3.4.5. Fungibilidade entre as tutelas de urgência	55
3.5. Momento de concessão da tutela provisória de urgência.....	57
3.5.1. Liminar	58
3.5.2. Quando do provimento final de primeiro grau	60
3.5.3. Quando em grau recursal.....	60
3.6. Duração da tutela provisória e sua eficácia temporal	61
3.7. Os pronunciamentos decisórios do juiz	63
3.7.1. Dever de motivação das decisões judiciais	64
3.7.2. Elementos das decisões judiciais: relatório.....	65
3.7.3. Elementos das decisões judiciais: fundamentação.....	66
3.7.3.1. Decisões não fundamentadas: seus aspectos particulares.....	69

3.8. Elementos das decisões judiciais: dispositivo	75
3.9. Competência.....	76
3.10. Efetivação das tutelas provisórias de urgência.....	77
3.11. Obstáculos à tutela provisória	79
4. A COISA JULGADA	83
4.1. Aferição da coisa julgada e o fundamento constitucional.....	86
4.1.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	86
4.1.2. Coisa julgada parcial e coisa julgada total	88
4.2. Elementos da ação: a tríplice identidade	89
4.2.1. Coisa julgada <i>pro et contra, secundum eventum litis e secundum eventum probationis</i>	89
4.3. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada e eficácia preclusiva da coisa julgada	91
4.4. Atuação cognitiva do juiz: a técnica de cognição parcial e sumária	94
5. A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA.....	99
5.1. Pressupostos gerais e específicos	102
5.1.1. Pressupostos gerais positivos e negativos.....	102
5.2. Forma de requerimento: incidental ou antecedente.....	107
5.3. A tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente .	108
5.3.1. O microsistema das tutelas provisórias e a técnica de monitorização da tutela provisória de urgência antecipada antecedente.....	109
5.4. A autonomia e a estabilidade da tutela de urgência antecipada e antecedente.....	116
5.4.1. Os requisitos legais para a estabilização	118
5.4.2. A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada antecedente e a coisa julgada	120
5.5. Ação de impugnação ou confirmação da decisão estabilizada e o prazo para a sua propositura.....	121
5.6. A superestabilidade e a coisa julgada em ações propostas em prazo superior a dois anos da ciência da decisão que extinguiu o processo	125
6. A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR	129
6.1. Pressupostos Gerais e específicos.....	131

6.2. Espécies de Tutela Cautelar e o Poder Geral de Cautela.....	132
6.2.1. Arresto	132
6.2.2. Sequestro	132
6.2.3. Arrolamento de bens	132
6.2.4. Registro de protesto contra alienação de bem	133
6.2.5. Poder Geral de Cautela.....	133
6.3. Forma de requerimento: incidental ou antecedente.....	134
6.3.1. A tutela provisória de urgência cautelar em caráter antecedente.....	134
6.3.2. A tutela provisória de urgência cautelar em caráter incidental	136
7. A TUTELA PROVISÓRIA DA EVIDÊNCIA	137
7.1. Hipóteses de tutela provisória da evidência.....	139
7.1.1. Quando <i>ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte</i>	139
7.1.2. Quando <i>as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante</i>	141
7.1.3. Quando <i>se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa</i>	142
7.1.4. Quando <i>a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável</i>	142
7.2. Momento de concessão da tutela provisória da evidência e os reais motivos para seu requerimento	143
ALGUNS COMENTÁRIOS	144
BIBLIOGRAFIA	153